

Notícias do dia 07 de novembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 7 | Número de veículos: 7

JORNAL O HOJE - GO - CIDADES
TCE - GO

TCE cobra esclarecimento sobre fim de contrato da regulação na saúde3

RÁDIO CBN ANHANGUERA FM 97,1 - GO - CBN GOIÂNIA
TCE - GO

Papo Político: Rogério tira licença de seis dias e Romário assume prefeitura de Goiânia
.....5

RÁDIO DIFUSORA DE JATAÍ AM 680 - GO - JORNAL DAS SETE
TCE - GO

Inscrições para concurso do TRT de Goiás devem ser abertas em 14 de novembro.....6

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - ON LINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

UEG alcança 100% no ranking do Goiás Mais Transparente7

FOLHA Z - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

2023 terá chegada de ônibus elétricos e subsídios na passagem do transporte na Região
Metropolitana8

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - CIDADES
TCE - GO

TCE cobra esclarecimento sobre fim de contrato da regulação na saúde9

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PE - NOTÍCIAS
TCE - GO

Seminário discute ações de controle voltadas para a primeira infância10

TCE cobra esclarecimento sobre fim de contrato da regulação na saúde

O **conselheiro Sebastião Tejota**, do **Tribunal de Contas do Estado**, cobrou informação ao secretário de Saúde do Estado, Sandro Rogério Rodrigues Batista, sobre o fim do contrato com a empresa que administra a regulação da Saúde de Goiás.

O contrato se encerra nesta segunda-feira (7) e a instituição é responsável pela administração do Hospital de Urgências de Goiás (Hugo), em Goiânia, e de policlínicas em Formosa, Posse, Quirinópolis e Goianésia no Vale do São Patrício.

Em 26 de setembro, a SESGO interveio no Complexo Regulador Estadual, para assumir os serviços depois de encontrar irregularidades no contrato de prestação de serviço com a empresa. Umberto Machado de Oliveira, promotor responsável, informou que o Ministério Público de Goiás (MP-GO) instaurou um inquérito civil após uma representação anônima em que relata de forma minuciosa a qualificação do Instituto CEM como uma OS e que teria ocorrido a contratação com o Estado de Goiás mediante suposto tráfico de influência e apresentação de documentos falsos.

O promotor de justiça afirma que, após várias diligências, "confirmaram-se várias irregularidades aptas a culminar na desqualificação do Instituto", como o fato de que antes de se chamar Instituto CEM, em 2017, a associação era privada e possuía CNPJ intitulado como "Odontosocial - Associação dos Pacientes de Odontologia" com atividades destinadas à área de odontologia.

Até então, com sedes em Goiânia e Cuiabá (MT), a associação não chegou a obter registro perante os Conselhos Regionais de Odontologia dos estados de Goiás e do Mato Grosso e também não teve movimentações, como a contratação de empregados, realização de contabilidade e emissão de notas fiscais. Ao ser modificada para CEM, foi alterada atividade principal para "apoio à gestão de saúde".

O promotor de justiça afirma que, após várias diligências, "confirmaram-se várias irregularidades aptas a culminar na desqualificação do Instituto", como o fato de que antes de se chamar Instituto CEM, em 2017, a associação era privada e possuía CNPJ intitulado como "Odontosocial - Associação dos Pacientes de Odontologia" com atividades destinadas

à área de odontologia.

Até então, com sedes em Goiânia e Cuiabá (MT), a associação não chegou a obter registro perante os Conselhos Regionais de Odontologia dos estados de Goiás e do Mato Grosso e também não teve movimentações, como a contratação de empregados, realização de contabilidade e emissão de notas fiscais. Ao ser modificada para CEM, foi alterada atividade principal para "apoio à gestão de saúde".

O promotor citou que o Instituto apresentou os mesmos atestados em processo de qualificação no Município de Aparecida de Goiânia. No entanto, os atestados não foram aceitos como comprovação de experiência anterior, razão pela qual teve o requerimento de qualificação indeferido.

Dentre as responsabilidades do IGPR está a regulação de acesso aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) para demandas de urgência e emergência, inclusive aqueles que precisam ser alocados em unidade de terapia intensiva (UTI) ao atendimento especializado, ambulatorial e cirurgias eletivas.

Leia a nota do Instituto CEM O Instituto CEM, Organização Social que faz a gestão de unidades de saúde do Estado de Goiás esclarece o seguinte: - Desde 2017 a entidade é qualificada no Estado de Goiás como Organização Social apta a gerir contratos na área da saúde e já atuou em importantes contratos desde então, com eficiência, transparência e absoluto respeito à coisa pública; - Todos os contratos foram auditados por órgãos de controle externo, sendo plenamente aprovados e sem questionamentos; - Todas as exigências legais para qualificação e manutenção do status de capacitação técnica foram cumpridos, o que garantiu a segurança jurídica para o Estado de Goiás manter a qualificação; - Os questionamentos feitos pelo representante do Ministério Público são perfeitamente justificáveis e podem ser esclarecidas as dúvidas quando demandada a entidade; - O Instituto CEM acredita na soberania da Justiça para garantir o pleno exercício das atividades que vem desempenhando e confia no cumprimento do magno contraditório e no amplo direito de defesa, prerrogativas constitucionais que poderão suprir os questionamentos da Instituição Ministerial. (Especial para O Hoje)

Dentre as responsabilidades do IGPR está a regulação de acesso aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) para demandas de urgência e emergência

Site:

https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2022/11/Jornal-O-Hoje_2022_11_7.pdf

Papo Político: Rogério tira licença de seis dias e Romário assume prefeitura de Goiânia

TAGS: Prefeitura de Goiânia, Prefeito Rogério Cruz, Câmara Municipal de Goiânia, Romário Policarpo, Segov

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2022/11/07/RDIOCBNANHA
NGUERA FM 97.1 GO-09.52.13-10.00.53-1667830032.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2022/11/07/RDIOCBNANHA
NGUERA FM 97.1 GO-09.52.13-10.00.53-1667830032.mp3)**

Inscrições para concurso do TRT de Goiás devem ser abertas em 14 de novembro

Tags: TRT Goiás, Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2022/11/07/RDIODIFUSORA
DEJATAAM680GO-08.23.25-08.24.55-1667822278.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2022/11/07/RDIODIFUSORA
DEJATAAM680GO-08.23.25-08.24.55-1667822278.mp3)**

UEG alcança 100% no ranking do Goiás Mais Transparente

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) alcançou 100% no ranking da 4ª edição do prêmio Goiás Mais Transparente, promovido pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE).

A premiação consiste na disponibilização de um selo que atesta e representa o nível de transparência atingido pelos órgãos do estado, de acordo com os critérios estabelecidos pela metodologia proposta pela CGE.

Entre os critérios avaliados, estão a disponibilização de informações sobre receitas, despesas, patrimônio, projetos, obras, ações, contratos, estrutura organizacional, competências, acessibilidade e legislações do órgão, entre outros.

Em 2019 a UEG alcançou o 12º lugar do ranking, com 94,21%; em 2020 alcançou o 27º lugar, com 84,62%; em 2021 alcançou o 26º lugar, com 88,15%; e em 2022 obteve a avaliação mais alta, com 100%.

Com o resultado alcançado, a UEG foi contemplada com o Selo Ouro de Transparência, que indica o elevado grau de transparência do órgão.

Prêmio Goiás Mais Transparente

O Prêmio Goiás Mais Transparente é uma iniciativa da Controladoria-Geral do Estado de Goiás, que visa aprimorar a transparência nas instituições do executivo estadual goiano.

A premiação se utiliza das metodologias de avaliação da Transparência Ativa e Passiva desenvolvidas pela CGE e pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, com o objetivo de estabelecer os critérios de avaliação de conformidade das páginas de Acesso à Informação, observando a legislação de transparência pertinente.

A ideia é reconhecer os esforços dos órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do estado, com o selo de excelência em transparência pública e estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo da transparência, por meio do atendimento das exigências legais e as melhores práticas de entrega de informações para a sociedade.

Mais informações sobre o prêmio no site Goiás

Transparente .

(Comunicação Setorial|UEG)

Site:

http://www.ueg.br/noticia/60749_ueg_alcanca_100_no_ranking_do_goiás_mais_transparente

2023 terá chegada de ônibus elétricos e subsídios na passagem do transporte na Região Metropolitana

O Governo de Goiás vai investir R\$ 110 milhões no subsídio para o transporte coletivo na Região Metropolitana de Goiânia em 2023.

A verba será utilizada para manter o preço da passagem em R\$ 4,30, valor que vigora há 4 anos.

Segundo o governo, sem subsídios, o ticket ultrapassaria os R\$ 7.

Ônibus elétricos

Além disso, também está prevista para abril de 2023 a chegada dos primeiros ônibus elétricos do Eixo Anhanguera.

Segundo o secretário-geral da governadoria Adriano da Rocha Lima, adaptações recomendadas pelo **Tribunal de Contas do Estado** já estão sendo feitas para permitir a realização da licitação para o aluguel dos veículos.

Tratam-se de 110 novos ônibus elétricos equipados com ar-condicionado, wi-fi e tomada para carregador de celular. Os veículos não emitem poluentes e são completamente silenciosos.

"Nós seremos os primeiros no Brasil a implantar o transporte com ônibus elétrico, mas também estamos cuidando das tarifas, da qualidade de nossas plataformas, da condição de melhor deslocamento de cada um que usa transporte público", projeta o governador Ronaldo Caiado.

Site: <https://folhaz.com.br/noticias/2023-onibus-eletricos-goiania/>

TCE cobra esclarecimento sobre fim de contrato da regulação na saúde

O **conselheiro Sebastião Tejota**, do **Tribunal de Contas do Estado**, cobrou informação ao secretário de Saúde do Estado, Sandro Rogério Rodrigues Batista, sobre o fim do contrato com a empresa que administra a regulação da Saúde de Goiás. O contrato se encerra nesta segunda-feira (7) e a instituição é responsável pela administração do Hospital de Urgências de Goiás (Hugo), em Goiânia, e de policlínicas em Formosa, Posse, Quirinópolis e Goianésia no Vale do São Patrício.

Em 26 de setembro, a SES-GO entrevistou no Complexo Regulador Estadual, para assumir os serviços depois de encontrar irregularidades no contrato de prestação de serviço com a empresa. Umberto Machado de Oliveira, promotor responsável, informou que o Ministério Público de Goiás (MP-GO) instaurou um inquérito civil após uma representação anônima em que relata de forma minuciosa a qualificação do Instituto CEM como uma OS e que teria ocorrido a contratação com o Estado de Goiás mediante suposto tráfico de influência e apresentação de documentos falsos.

O promotor de justiça afirma que, após várias diligências, "confirmaram-se várias irregularidades aptas a culminar na desqualificação do Instituto", como o fato de que antes de se chamar Instituto CEM, em 2017, a associação era privada e possuía CNPJ intitulado como "Odontosocial - Associação dos Pacientes de Odontologia" com atividades destinadas à área de odontologia.

Até então, com sedes em Goiânia e Cuiabá (MT), a associação não chegou a obter registro perante os Conselhos Regionais de Odontologia dos estados de Goiás e do Mato Grosso e também não teve movimentações, como a contratação de empregados, realização de contabilidade e emissão de notas fiscais. Ao ser modificada para CEM, foi alterada atividade principal para "apoio à gestão de saúde".

O promotor de justiça afirma que, após várias diligências, "confirmaram-se várias irregularidades aptas a culminar na desqualificação do Instituto", como o fato de que antes de se chamar Instituto CEM, em 2017, a associação era privada e possuía CNPJ intitulado como "Odontosocial - Associação dos Pacientes de Odontologia" com atividades destinadas à área de odontologia. Até então, com sedes em

Goiânia e Cuiabá (MT), a associação não chegou a obter registro perante os Conselhos Regionais de Odontologia dos estados de Goiás e do Mato Grosso e também não teve movimentações, como a contratação de empregados, realização de contabilidade e emissão de notas fiscais. Ao ser modificada para CEM, foi alterada atividade principal para "apoio à gestão de saúde".

O promotor citou que o Instituto apresentou os mesmos atestados em processo de qualificação no Município de Aparecida de Goiânia. No entanto, os atestados não foram aceitos como comprovação de experiência anterior, razão pela qual teve o requerimento de qualificação indeferido.

Dentre as responsabilidades do IGPR está a regulação de acesso aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) para demandas de urgência e emergência, inclusive aqueles que precisam ser alocados em unidade de terapia intensiva (UTI) ao atendimento especializado, ambulatorial e cirurgias eletivas.

Leia a nota do Instituto CEM:

Site: <https://ohoje.com/noticia/cidades/n/1449679/tce-cobra-esclarecimento-sobre-fim-de-contrato-da-regulacao-na-saude/>

Seminário discute ações de controle voltadas para a primeira infância

Com o objetivo de aprofundar o debate a respeito das políticas públicas destinadas a crianças de 0 a 6 anos, o Tribunal de Contas de Pernambuco promoveu, nos últimos dias 3 e 4, o "Seminário Primeira Infância - o desenvolvimento infantil como prioridade absoluta".

O evento aconteceu no auditório do Sebrae e foi direcionado para servidores da do **TCE**, especialmente os lotados na Diretoria de Controle Externo e na área de Julgamento.

A primeira infância é um período crucial no qual são formadas todas as bases físicas e psíquicas, além do desenvolvimento das habilidades sociais. Em razão disso, o seminário colocou em pauta o trabalho realizado pelo Tribunal no setor durante o último biênio, bem como apresentou projetos e aprofundou a discussão a respeito das ações de controle voltadas para a garantia dos direitos das crianças nessa faixa etária, no Estado.

A abertura do evento foi feita pelo presidente do **TCE**, **conselheiro** Ranilson Ramos, que falou sobre a importância do momento. "A Primeira Infância é um tema que coloquei, desde o início, como prioridade na minha gestão. É importante que o Tribunal de Contas de Pernambuco colabore cada vez mais com os gestores públicos para dar à política da Primeira Infância um lugar de destaque no alcance de seus resultados. Nós estamos cuidando daquilo que é mais sagrado na vida. A atuação nesse tema, certamente, será uma grande contribuição do controle externo para gerações futuras", destacou.

O seminário foi organizado pela Diretoria de Controle Externo do **TCE**. "Recebemos essa incumbência do presidente Ranilson de conhecer a faixa etária da primeira infância e entender a situação do País com relação a serviços e políticas públicas voltadas para essa faixa etária", disse Adriana. "A equipe se esforçou em pensar e trazer propostas de ações que gerem resultados efetivos na vida das crianças", afirmou a diretora Adriana Arantes.

II PALESTRAS II

A primeira palestra foi ministrada pela professora Ana Luiza Colagrossi, especialista em desenvolvimento infantil e aprendizagem socioemocional. Sob a temática "Por que a primeira infância é tão

importante?", ela apresentou dados importantes e destacou que, se a base do ser humano for sólida, vai permitir que ele tenha um desenvolvimento saudável. "Se mudarmos o começo da história, mudamos a história toda. Nos primeiros anos de vida, a influência do meio ambiente tem alto impacto na aprendizagem da criança, pois, até os quatro anos, a criança já alcançou mais da metade do potencial mental que terá como adulto", disse ela.

Em seguida, o professor Vital Didonet, especialista em Educação Infantil, falou sobre "Políticas para a criança: do Marco Legal aos Planos Nacional, Estaduais e Municipais pela Primeira Infância", reforçando a importância do papel do Tribunal de Contas para sensibilizar os gestores e garantir o cumprimento das políticas públicas.

A superintendente do Instituto da Infância do Ceará, a psicóloga Luzia Laffite, apresentou os "Caminhos para um Plano Municipal pela Primeira Infância sustentável", nos quais tratou da importância do diagnóstico do município para a realização de um plano efetivo. Uma infância rural pede a mesma política pública da urbana, mas as estratégias precisam ser diferentes, destacou.

As duas últimas palestras do dia foram ministradas pela psicóloga Germana Suassuna e pela consultora em Proteção Social do UNICEF para o semiárido nordestino, Kátia Siqueira, respectivamente sobre os temas "A experiência do Primeiro Plano Decenal da Primeira Infância do Recife" e "Unicef pela Primeira Infância".

II SEGUNDO DIA II

A segunda etapa do seminário, realizada na manhã da última sexta-feira (4), concentrou-se na atuação do **TCE** em várias frentes relacionadas ao tema.

A programação teve início com uma palestra ministrada pelo presidente do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Romero Silva, sobre "Controle Social das Políticas Públicas da Primeira Infância".

Na sequência, o gestor do Programa Especial para a Primeira Infância do **TCE** e coordenador do evento, Diego Maciel, falou sobre o trabalho desempenhado

na área. "No início do ano fizemos um relatório com dados importantes sobre o assunto no Estado. A partir disso, definimos como eixos estratégicos do programa: a fiscalização e avaliação, a comunicação e a orientação e mobilização. A ideia, agora, é atualizar o relatório anualmente, para que seja possível catalogar o resultado dos trabalhos e acompanhar a evolução das políticas públicas", detalhou.

Em seguida, o presidente do **TCE** de **Goiás**, **conselheiro Edson Ferrari**, que também preside o Comitê Técnico de Avaliação do Pacto Nacional do Instituto Rui Barbosa, fez uma participação online no seminário, sendo recepcionado pelo **conselheiro** Ranilson Ramos.

Os últimos momentos do seminário foram destinados à apresentação de trabalhos realizados pelo **TCE-PE** com impacto na primeira infância. Gerentes e servidores falaram sobre fiscalização, mostraram levantamentos e falaram da atuação do **TCE** em áreas como infraestrutura e transporte escolar, Programa Nacional de Imunização, Atenção Primária em Saúde, Transtorno do Espectro Autista, segurança da mulher e saneamento básico.

Durante o evento foi apresentado um vídeo para a sensibilização do olhar à criança. A produção foi resultado de um trabalho coordenado pela servidora da Gerência de Ações Educacionais Corporativas, Andréa Rezende, a partir da escuta de crianças de 4 a 6 anos. Com apoio da gestão de duas unidades escolares da rede pública do Recife, elas expressaram seus sonhos em desenhos e gravuras. O processo foi realizado por meio de contação de histórias e rodas de conversa sobre o tema, conduzidas pelas professoras.

Ao final do seminário, o presidente Ranilson Ramos agradeceu a todos pelo envolvimento com o tema e pelo esforço para que as políticas públicas atinjam cada vez mais cidadãos.

PACTO NACIONAL - Recentemente, o **TCE** passou a fazer parte do **Pacto Nacional pela Primeira Infância**, assinado em 2019 por iniciativa do Conselho Nacional de Justiça. O documento busca reunir esforços na luta pela garantia dos direitos das crianças de 0 a 6 anos de idade no país, além de capacitar profissionais envolvidos no Marco Legal da Primeira Infância e implementar boas práticas previstas na Lei que regulamenta as políticas públicas voltadas à criança nesta faixa etária.

Confira mais imagens do evento ??

Gerência de Jornalismo (GEJO), 07/11/2022

Notícias

Notícias

Site: <https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/mais-noticias-invisivel/390-2022/novembro/6794-seminario-discute-acoes-de-controle-voltadas-para-a-primeira-infancia>